

DIÁLOGO ENTRE GOVERNO E JUNTA MILITAR

## Processo deve ser aberto, transparente e inclusivo para evitar novas dissidências militares



**A**s Forças de Defesa e Segurança (FDS) cumprem hoje o terceiro dia da suspensão, por uma semana, das perseguições e investidas contra membros da Junta Militar da Renamo responsáveis pelos ataques armados nas províncias de Sofala e Manica. A trégua unilateral de sete (7) dias foi anunciada no sábado, 24 de Outubro, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, com o objectivo de abrir caminhos para um diálogo entre o Governo e o grupo dissidente da Renamo, principal partido da oposição em Moçambique.

“Não vamos perseguir os homens da Junta durante uma semana precisamente para dizer que estamos abertos, eu estou aberto, e o País também está aberto. As vias para falarmos eles já as conhecem, porque sabem como trabalhamos. É necessário encontrarmos a solução para que o problema não prevaleça. Não haverá nenhuma acção, mas (as FDS) reagirão apenas quando o inimigo atacar”, disse Filipe Nyusi, falando num encontro do Partido Frelimo em Pemba.

Apesar de o Presidente da República ter afirmado que a Junta Militar conhece as

vias usadas para o diálogo, Mariano Nhongo, líder do grupo dissidente, disse, na segunda-feira, 26 de Outubro, que ainda não tinha sido contactado pelo Governo para o início das conversações. Em entrevista à DW, Nhongo manifestou abertura para dialogar com o Presidente da República e descartou qualquer contacto com Ossufo Momade, Presidente da Renamo.

Desde Agosto de 2019, a Junta Militar tem estado a protagonizar ataques armados contra civis nas províncias de Sofala e Manica como forma de exigir a demissão de Ossufo Momade da liderança da



Renamo e de denunciar o terceiro acordo de paz em Moçambique assinado no dia 6 de Agosto de 2019. Na verdade, a Junta Militar representa a continuação da Renamo de Afonso Dhlakama, sempre disposta a recorrer à força das armas para ver as suas reivindicações atendidas. Nesse sentido, Mariano Nhongo seria, em miniatura, Afonso Dhlakama, figura “incapturável” através de mordomias e intransigente nas suas exigências.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) aprecia a decisão do Presidente da República de criar condições para o início de diálogo com a Junta Militar com vista a pôr fim aos ataques armados que já causam a morte e ferimento de dezenas de civis, deslocação de milhares de famílias e destruição de património público e privado. Ainda assim, o CDD entende que o processo negocial entre o Governo e a Junta Militar deve ser aberto, transparente e inclusivo para evitar o surgimento de futuras dissidências e vagas de instabilidade político-militar na região centro do País.

Ao contrário do processo negocial que culminou com a assinatura do Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional de 2019, desta vez as negociações devem envolver mais actores relevantes da sociedade, incluindo órgãos de soberania de natureza representativa, como é o caso

da Assembleia da República. A discussão de assuntos de Estado e que dizem respeito a todos os cidadãos moçambicanos não pode continuar a ser um privilégio de quem detém o poder e de quem apresenta uma contestação. Na verdade, a Junta Militar, mais do que um problema da Renamo, tornou-se num problema do Estado a partir do momento em que começou a lançar ataques armados contra civis em Manica e Sofala, sobretudo nas Estradas Nacionais N° 1 e N°6.

Apesar de no discurso oficial exigir a demissão de Ossufo Momade da liderança da Renamo, a Junta Militar reclama, no fundo, um tratamento especial às altas patentes da antiga guerrilha que se sentem excluídos dos benefícios decorrentes da assinatura do terceiro acordo de paz entre o Governo da Frelimo e o principal partido da oposição. Basta lembrar que a Junta Militar lançou a primeira vaga de ataques armados dias depois da assinatura do acordo.

Aliás, o tratamento especial dado ao líder da Renamo, Ossufo Momade, foi decisivo não só para a assinatura do acordo de paz, mas também para a retomada do processo de DDR (Desarmamento, Desmobilização e

Reintegração), em Junho último. Ao contrário de Afonso Dhlakama que abdicou dos direitos e regalias do Estatuto do Lí-

der da Oposição – aprovado pela Lei n° 33/2014, de 30 de Dezembro, Ossufo Momade aceitou os privilégios aprovados pelo Governo através do Decreto n° 27/2020, de 8 de Maio, que aprova o Regulamento do Estatuto Especial do Líder do Segundo Partido com Assento Parlamentar (Estatuto do Líder da Oposição).

O pacote inclui um salário mensal equivalente à remuneração do Vice-Presidente da Assembleia da República; residência oficial equipada; gabinete de trabalho equipado; assistência médica e medicamentosa (para si, cônjuge, menores e incapazes); meios de transportes (incluindo um Mercedes protocolar); ajudas de custos nas deslocações em missão de Estado, subsídio de apresentação e de reintegração; e protecção garantida pela PRM.


Num País marcado por fortes hostilidades entre o partido no poder e a oposição, a aceitação do Estatuto do Líder da Oposição pode transmitir a ideia de acomodação ou mesmo de cooptação de Ossufo Momade, o que seria negativo para o futuro da democracia moçambicana. Entretanto, o enquadramento político do líder da Renamo na estrutura do Estado é positiva no sentido de que permitiu a retoma do processo de DDR, que de outra forma não teria conhecido avanços significativos.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

